

Mulheres e Poder no alto sertão da Bahia - A Trajetória de Celsina Teixeira Ladeia (1916-1930)

Marcos Profeta Ribeiro¹

Integrada a um dinamismo social, econômico e cultural que remonta ao século XVIII, a cidade de Caetité (BA), localizada na região do alto sertão baiano², produziu um riquíssimo patrimônio, indicativo das relações sociais cotidianas dos mais diversos segmentos. Com a criação do Arquivo Público Municipal de Caetité, em 1996, por iniciativa dos professores do curso de História e Letras da Universidade do Estado da Bahia, novas possibilidades de pesquisa histórica sobre o alto sertão da Bahia se abriram. Ao longo desses anos a equipe do APMC vem tentando sensibilizar os gestores municipais e a comunidade local no sentido de buscar a efetivação de políticas públicas visando a preservação de documentos, disponibilizando-os para a pesquisa, proporcionando dessa forma a ampliação do conhecimento sobre a dinâmica das relações sociais de Caetité e cidades circunvizinhas.

A recente organização dos acervos da família do coronel Deocleciano Pires Teixeira (pai de Anísio Teixeira)³ trouxe, para a historiografia baiana, novas possibilidades de pesquisa. *Pari passu* com a ampliação significativa das possibilidades de novas abordagens a partir deste acervo, está o surgimento de novos cursos de pós graduação em algumas universidades baianas, proporcionando um deslocamento dos eixos de pesquisa em direção ao interior do Estado⁴. Este acervo e outros também adquiridos recentemente⁵, juntamente com estudos já realizados, apontam que a cidade de Caetité e o alto sertão baiano produziram um dinamismo próprio e específico, indicativo das relações sociais cotidianas entre diversos segmentos. O trabalho com estes acervos vem possibilitando o contato com fragmentos das

¹ Mestrando em História Social pela PUC-SP, sob a orientação da Profª Drª Maria Odila Leite da Silva Dias.

² Para uma definição mais precisa sobre esta região, ver NEVES, Erivaldo Fagundes. Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998, p 22. Segundo este autor, “região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e o relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes.”

³ Esta documentação, gentilmente doada por Babi Teixeira (filha de Anísio Teixeira), já se encontra disponível para a pesquisa no APMC. A metodologia de classificação seguiu as normas adotadas pelo Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), ou seja, utilizando os critérios de fundo, grupo, série, etc.

⁴ Somando-se ao curso de pós-graduação (mestrado e doutorado) existente na Universidade Federal da Bahia (UFBA), recentemente foram criados dois novos cursos de mestrado, um pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o outro pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). A criação desses cursos caminha no sentido de interiorizar a pesquisa histórica baiana, permitindo além disso, um aprofundamento de temáticas pouco ou ainda não estudadas pela historiografia local.

⁵ Refiro-me aos acervos da Família do Barão de Caetité e do coronel Joaquim Manoel Rodrigues Lima (primeiro governador eleito pelo voto direto / 1892 -1896), também organizados pela equipe do APMC. Esta documentação encontra-se totalmente organizada segundo os critérios já mencionados, no entanto, todo o seu conteúdo ainda encontra-se sob as guardas da família Lima. O acesso para consulta e pesquisa está condicionada a desapropriação da casa do Barão de Caetité em favor da UNEB e à implementação do projeto “Casa de Cultura Popular de Caetité”, que funcionará neste imóvel.

experiências vividas pelos sujeitos presentes nos documentos (homens e mulheres), que retornam à cena

não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada⁶.

A maior parte da documentação pesquisada no acervo em questão é formada por correspondências pessoais, reveladora de grande poder de influência política e econômica daquela família, contudo outros documentos auxiliam na análise da dinâmica social e econômica regional entre os séculos XIX e XX. A historiadora Mônica Oliveira, ao analisar a formação da sociedade na Zona da Mata mineira entre os séculos XVIII e XIX, deparou-se “com uma sociedade extremamente interligada por laços de compadrio e alianças matrimoniais, caracterizando uma rede de solidariedade, desenvolvida entre membros da elite”⁷. Mediante análise de ampla documentação, caso semelhante pode ser verificado em Caetité, porém as alianças e redes de solidariedade entre famílias dessa localidade devem ser entendidas num contexto mais amplo, caracterizado pela desarticulação do sistema escravista (segunda metade do século XIX), estendendo-se para um período posterior, marcado por prolongadas e sucessivas secas, cujos resultados podem ser resumidos em intensa crise econômica regional⁸. Estudos realizados por Maria de Fátima N. Pires, para o período compreendido entre os anos de 1860 a 1914, apontam que, após a abolição da escravidão, não se verifica em Caetité “recuperação das fortunas pessoais e da economia regional até pelo menos a terceira década do século XX”⁹. Todavia, mais importante do que uma análise centrada em aspectos meramente econômicos (como a crises dos sistemas), reside uma reflexão em torno das pressões exercidas entre sujeitos na trama social vivida.

Neste contexto de crise econômica regional e mediante análise das correspondências femininas, o presente estudo visa perceber a atuação das mulheres da elite no núcleo familiar e fora dele, pois a cada documento classificado foi constatado que o número de correspondências

⁶ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 182.

⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005, p156.

⁸ Vale mencionar o caso do Coronel Deocleciano Pires Teixeira que casou-se com três irmãs da família Spínola e também a união da família deste coronel com um ramo da família do Barão de Caetité. Estas alianças devem ser vistas sobretudo como estratégias desenvolvidas pelas elites locais no sentido de manter o seu patrimônio e status político-econômico. Sobre negócios de família e relações de compadrio, ver Mônica Veloso de Oliveira, *op. cit.*

⁹ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias. Escravos e ex-escravos no sertão de sima*. Rio de Contas e Caetité –BA (1860-1920). São Paulo, 2005. 366p. Tese (Doutorado em História Social) FFLCH-USP, p 157.

destinadas às personagens femininas daquela família rivalizava em quantidade aos dos personagens masculinos. Mais importante do que a quantidade, reside o aspecto qualitativo das informações contidas nos documentos, ou seja, a documentação revelou inicialmente indícios de participação ativa das mulheres nos diversos setores da vida cotidiana da família Pires Teixeira. São mulheres que comentavam sobre política, comportamento e religiosidade; que organizavam festas religiosas, caridade e funerais, mas, sobretudo, que negociavam. Antes mesmo da morte de seus maridos, elas se mostravam bastante ativas nos negócios. No entanto, dada a grande quantidade de documentos disponíveis, a pesquisa em questão focará atenção, sobretudo, no estudo da atuação de D. Celsina Teixeira Ladeia (irmã de Anísio Teixeira), percebendo as tensões e conflitos provenientes de sua inserção nos mais diversos setores da vida social, ou seja, na família, na Associação das Senhoras de Caridade, na condução dos negócios e na construção de uma ampla rede de sociabilidade.

D. Celsina, filha do Coronel Deocleciano Pires Teixeira e de D. Ana Spínola Teixeira, casou-se em 1909 com o farmacêutico José Antônio Gomes Ladeia (Juca, falecido em 1926), e deste casamento, realizado sob regime de comunhão de bens, nasceu seu único filho, Edvaldo Teixeira Ladeia (falecido precocemente em 1946, aos 36 anos de idade).

As diversas correspondências trocadas entre D. Celsina e irmãs (os), sobrinhas, afilhadas (os), demais parentes e amigas, proveniente de diversas localidades (próximas a Caetité, ou distantes, tais como Salvador, Recôncavo e Rio de Janeiro), além de outros documentos tais como apólices, livros de receita-despesa (casa, fazendas e empregados), certidões de compra e venda de terras e gado, revelam indícios que permitem avaliar o grau de inserção nos inúmeros âmbitos da vida privada e pública da personagem em questão. Mais do que isso, revelam também a construção de um “teatro da memória”, ou seja, um espaço privado onde

as práticas da construção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários –, até a da constituição de memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem intenção de resultar em coleções¹⁰.

Para a autora acima, estes “atos biográficos” caracterizam a necessidade do indivíduo “de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas”¹¹. Neste sentido, é possível avaliar e compreender a preocupação constante de D. Celsina em guardar uma gama bastante diversificada de papéis, desde as complexas apólices,

¹⁰ GOMES, Ângela de Castro (org). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004, p 11.

¹¹ Idem, p 11.

ações e notas fiscais, até o ínfimo bilhete cheio de contas rabiscadas. Além disso, cabe salientar que curiosamente boa parte do acervo documental de D. Celsina é composto por correspondências enviadas por ela. Em algum momento, na trajetória de vida dos personagens que receberam suas cartas, eles, ou apenas as correspondências, retornaram para o local de origem: o suntuoso sobrado localizado na praça central da cidade.

Contudo, mesmo que seja importante e útil, não se objetiva aqui uma análise em torno compreensão da correspondência e dos arquivos pessoais enquanto práticas do “arquivamento do eu”, onde os documentos acabam sendo privilegiados em detrimento da atuação do sujeito. Desta forma, pela tipologia do acervo, a percepção da atuação de D. Celsina pode ser buscada a partir de uma divisão entre correspondências recebidas e enviadas¹², além disso, no decorrer da análise, com vistas a perceber tensões sociais entre os sujeitos envolvidos na cena histórica, também será verificado, para o estudo em questão, o local ocupado, os espaços de atuação (o tempo da casa, da fazenda, proposto acima) por D. Celsina no momento da recepção ou envio das cartas.

A análise do acervo documental, ainda que preliminar, apontam para uma complicada relação com o marido. Tal complicação é caracterizada pela total dependência física deste para com ela, fato que a levou, em 1916, a solicitar a interdição judicial do esposo e assumir “oficialmente” os negócios da família:

Ilmo e Meretíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito

Diz Celsina Spinola Teixeira Gomes Ladeia, casada com o tenente coronel José Antônio Gomes Ladeia [...] **que seu esposo acha-se impossibilitado de administrar os bens do casal** por ter caído em profunda e permanente **amnésia em consequência de um mal physico que lenta e progressivamente, vai dominando o seu organismo e penetrando os centros nervosos.** [..]

E como o estado do enfermo inibe, ultimamente de dar deliberação sobre os seus negócios e de legalmente d’elles encarregar a outrem, resultando d’ahi **grave inconvenientes e prejuízos à fazenda e interesses do casal**, vem a Suplicante [...] requerer V. S se digne [...], decretando a interdição do esposo da Suplicante e **seja esta investida na administração do casal** [...] ¹³

Apesar do processo de interdição impetrado por D. Celsina afim de gerenciar e proteger oficialmente os negócios do casal, as correspondências indicam que mesmo antes da enfermidade do marido, a personagem em questão já ocupava um papel fundamental nos negócios do casal. Assim, não são raras as correspondências em que aparecem acordos

¹² Sigo o critério sugerido por Ferreira, Marieta de Moraes. “Correspondência familiar e rede de sociabilidade”. In Ângela de Castro Gomes, *op. cit.*, pp. 241 a 255.

¹³ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária, processo de interdição (1916) anexo ao inventário de José Antônio Gomes Ladeia, auto 08/3571/12 (1924-1944) – grifos meus.

envolvendo pequenos somas de dinheiro, administração de fazendas e vendas de gado. Acordos tácitos selados no convívio diário do espaço doméstico, nas sociabilidades tecidas cotidianamente e que não precisam da anuência da lei. Em contraposição, quando a administração dos bens do casal requeria as aprovações oficiais da legislação em vigor (tais como transferência de ações, e liquidação de caderneta de poupança), também não foram raras as petições e solicitações enviadas por D. Celsina¹⁴.

Vale ressaltar porém que a aparente frieza da petição e da preocupação com os possíveis “inconvenientes e prejuízos à fazenda e interesses do casal”, a análise das correspondências de D. Celsina indicam que em nenhum momento ela deixou de ser a “companheira firme” e a “mãe exemplar”, como sugere a literatura memorialista produzida na região¹⁵. Neste sentido, para o período de expansão da fronteira agrícola em São Paulo, Marina Maluf, afirma que não é possível ignorar “a existência concreta de algumas atribuições históricas e específicas a cada gênero na divisão social dos papéis”¹⁶. As fontes consultadas pela referida autora indicaram que as mulheres, de acordo com as necessidades das fazendas e na ausência dos maridos, trocaram e improvisaram papéis, desincumbindo-as das tarefas relativas às “coisas de dentro”¹⁷. Contudo, este confinamento, ainda segundo Marina Maluf, mesmo em relação às atividades domésticas, “pode redundar no não-reconhecimento de seu trabalho (e do tempo socialmente gasto nele), de sua influência, seu poder não-formalizado e **suas pressões sobre o conjunto do grupo social**”¹⁸.

Na correspondência transcrita abaixo, enviada para a mãe a partir de Salvador, além da nítida preocupação com o destino das famílias diante da iminente envio de homens (filhos) para lutarem na Primeira Guerra Mundial, não é difícil supor que a viagem para aquela localidade tenha ocorrido para tratamento de saúde do marido:

Bahia, 7 de novembro de 1917

“[...] Não sei se é possível existir no mundo maior infelicidade! É provável que haja igual. Tem hora que até me parece um sonho, vê-lo neste estado. Já estou bem desvanecida da melhora dele, infelizmente [...]

O que acha da guerra? Infelizmente chegou a nossa vez de entrar na horrível e abjeta dança! Será mesmo o fim do mundo? É o que parece.

¹⁴ A partir da interdição do marido em 1916, foram solicitadas, entre os anos de 1918 e 1925, uma liquidação de caderneta de poupança em favor do filho e seis autorizações para compra, venda e transferências de apólices. APEB, Seção Judiciária, processo de interdição (1916) anexo ao inventário de José Antônio Gomes Ladeia, auto 08/3571/12 (1924-1944)

¹⁵ GALVÃO, Maria de Lourdes S. Cordeiro. Viagem no tempo: reminiscências. Salvador: Contemp. 1988. p.14

¹⁶ MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Siciliano, 1995. p 198.

¹⁷ *Idem*, p 198.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 201

O Brasil vai perder muito, agora é agüentar as conseqüências que são horríveis e nem se pode pensar. Dizem que em janeiro já tem que mandar remessa de homens.

Tia Sisinanda tem estado incomodada por causa dos filhos. Imagine mamãe! É um horror mesmo. [...]”¹⁹

Apesar das correspondências revelarem sua movimentação e percepção dos acontecimentos nos diversos ambientes e contextos, é importante salientar também que esta movimentação não se efetuou sem conflitos, inclusive com os próprios membros da família. Sobre este aspecto, Elisabeth Rago afirma que:

As lembranças do sujeito feminino, quase sempre voltadas para o seio da família, não significam, entretanto, que mulher e família devam ser vistas como uma unidade não-problemática ou uma evidência natural. [...] portanto, a relação mulher-família foi (e é) historicamente instituída: é um construto social, político e cultural, e não um dado da “natureza” ou da “essência” da mulher.²⁰

A questão do conflito no interior do núcleo familiar é bastante evidente na documentação e envolve diversos assuntos. Nestes conflitos, seja defendendo suas posições ou mediando situações, D. Celsina parece figurar como peça chave na trama engendrada no seio familiar e fora dele:

Gurutuba, 2/6/1924

Celsina

É bem lamentável as divergências que têm surgido ahí, e todas ao mesmo tempo! **Divergências em política, divergências em religião e divergência em família!** Tudo isto é bem triste e aborrecido. Sinto mamãe ainda ter discussão consigo a respeito da ida de Tilinha e não querer compreender que Tilinha foi por vontade própria e está satisfeitíssima, com uma vida descansada em paz, socego e boa harmonia. **Diz ella que lá não há espírito de contradição e é o que mais existe, infelizmente, em nossa família!**

Evangelina²¹

As divergências apontadas por sua irmã Evangelina aparecem nas correspondências das mais variadas maneiras. Seja posicionando-se contra os “Tanajuras”, por exemplo, defendendo a “ordem” local e zelando pelo respeito às hierarquias, ou precavendo-se contra a presença crescente dos protestantes, há uma nítida preocupação na defesa dos interesses de sua família e

¹⁹APMC, Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira; Grupo: Dona Celsina Teixeira; Série: Correspondências pessoais, 1947, caixa1, maço1. Em outra correspondência, do dia 18 de novembro de 1917, também a partir de Salvador, ela relata ao Dr. Antônio: “*Escrevo-lhe esta para dar notícias do nosso pobre Juca, que graças a Deus, parece que vai auferindo uma pequena melhora com o tratamento a que tem se submetido.*” Ídem, caixa1, maço1.

²⁰ RAGO, Elisabeth Juliska. Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. p. 53.

²¹ APMC, Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira; Grupo: Dona Celsina Teixeira; Série: Correspondências pessoais, caixa1, maço 2. (grifos meus)

do grupo social a qual pertence. A partir da lamentação relatada por D. Evangelina e com auxílio de outros documentos do acervo, percebe-se que a matriz dos conflitos parece ser o próprio núcleo familiar. No entanto, de forma alguma estas tensões podem ser pensadas como restritas ao ambiente familiar, ao contrário, como é evidente na documentação, devido à grande teia de relações tecidas cotidianamente por estas mulheres da elite caetiteense, estas tensões perpassam outros ambientes, outros setores da vida cotidiana, a partir do emaranhado de caminhos percorridos entre a casa, igrejas, ruas, praças e fazendas.

Dada a viúves precoce, a também precoce perda do filho e a necessidade de gerenciar os negócios da família desde muito cedo, D. Celsina parece não ter encontrado muitos motivos para deslocar-se à outras regiões por muito tempo. Neste sentido, não é difícil supor que, a partir da morte do pai, em 1930 e devido a sua habilidade nos negócios (comprando e vendendo ações, terras e gado), ela tenha adquirido uma posição de destaque na administração dos bens herdados por ela e pelos demais irmãos. Esta posição, no entanto, não a isentou de conflitos, sobretudo quando tenta conservar em poder da família as terras e fazendas compradas pelo pai:

Caetité, 21 de março de 1946

Oscar

"Quanto à fazenda do S. Francisco, não nos interessam que sejam sentimentalismos como você quer apelidar, mas queremos continuar conservando as fazendas, principalmente agora que estão mais valorizadas e que poderão servir de base para outros negócios. Por que vender S. Francisco e não Floresta? Acho que S. Francisco que tem beneficiado Floresta. Ciente das notas de produção, que na média são 700 bezerros e 300 bois."²²

Na correspondência abaixo, o irmão Mário Spínola cobra uma maior atuação de D. Celsina junto aos problemas relacionados a Associação das Senhoras de Caridade, fundada pela mesma e por outras senhoras da elite caetiteense, em 1919:

Caetité, 06 de março de 1924

[...] Mário diz na carta que eu **estou com preguiça**, que não tenho tempo porque estou tratando de Juca, que a Ass [Associação] é para os de boa vontade ou que **saibam distribuir o tempo!**

São opiniões!! O que é certo é que mais do que nunca sinto a necessidade de trabalhar pela Associação, mas como confio que “tudo podemos com a graça de Deus”, não desanimo²³.

Além do conflito no núcleo familiar, é fundamental destacar neste ponto três aspectos para a compreensão da atuação de D. Celsina e demais mulheres de Caetité, nas primeiras

²² APMC, Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira; Grupo: Dona Celsina Teixeira; Série: Correspondências pessoais, 1947, caixa1, maço 1.

²³ APMC, Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira; Grupo: Dona Celsina Teixeira; Série: Correspondências pessoais, 1947, caixa1, maço 1.

décadas do século XX. Em primeiro lugar, a ação caritativa pode ser entendida como tática²⁴ das mulheres para almejarem visibilidade pública. Sobre esta hipótese, Elisabeth Rago, para uma região do Recôncavo baiano do século XIX, acrescenta:

As atividades femininas com fins caritativos, como as festas paroquiais, as comemorações e as quermesses, acenam – mesmo num espaço vigiado pelo olhar público (a opinião expressa e a censura velada) – para um importante intercâmbio de experiências, idéias, interesses e conhecimentos que muito raramente poderiam ser socializados em outros espaços e ambientes²⁵.

É perceptível na correspondência anterior que D. Celsina está sendo cobrada a ter uma maior participação na instituição, em outras palavras, ela vive uma ambigüidade estabelecida entre os cuidados com o marido enfermo e sua atuação na Associação. No entanto, também está implícito no mesmo documento que a visibilidade pública conquistada por D. Celsina e demais mulheres do seu grupo social, somente foi possível por que elas souberam muito bem “distribuir o tempo”, isto é, o tempo da mãe zelosa, da esposa fiel e dedicada e o tempo de atuação pública.

O segundo aspecto refere-se à relação conflituosa estabelecida nesse período entre D. Celsina e o irmão Mário Spínola. O conjunto de correspondências que marcam este conflito deve ser pensado para muito além do ambiente familiar e privado, mais do que isso, revela sobretudo opiniões contrárias quanto ao caráter da Associação. A primeira defende um caráter religioso e independente do poder municipal, visando assim cuidados com “mendigos” (idosos e crianças). O segundo defende um caráter mais utilitarista, visando portanto que a Associação cuide apenas das crianças e jovens para que os mesmos possam trabalhar e garantir o futuro da cidade. Esta discussão no interior da Associação, cujo teor envolve as maneiras de se arrecadar fundos e auxílio financeiro para a instituição, percorreu os anos seguintes e a provável solução ao conflito foi apontado por D. Carmita, outra irmã de D. Celsina, que reflete de maneira bastante crítica sobre a questão. Segundo ela,

Celsina

[...] a Assistência à infância, o espírito, predominante, no momento, é o de prestar-se auxílio, em primeiro lugar, à criança, considerada como elemento mais útil futuramente e, portanto, com mais possibilidade de compensar o que se faz por ela, do que um velho doente. É o espírito utilitarista da época, que não compreende - dar - sem nada receber em troca - que está prevalecendo até

²⁴ Utilizo para este estudo o conceito de tática e estratégia apresentado por De Certeau, M. A Invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 92. Sobre este conceito, ver também SOIHET, Rachel. O Feminismo tático de Bertha Lutz. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 22. Para esta historiadora, “as mulheres, ao lado de outros recursos, buscaram insinuar-se de forma astuciosa, buscando aproveitar em todas as “ocasiões”, as possibilidades oferecidas para garantir o exercício da sua cidadania”.

²⁵ Elisabeth Rago. *Op. cit.*, p. 53

nas instituições de caridade. [...] Compreendo que aí no sertão, talvez mais desprotegidos do que as crianças pobres, sejam os indigentes doentes. Mas atenda aquelas e depois a estes pelo menos na escrita, não obstante, na realidade, na prática, vocês satisfaçam às necessidades mais prementes do vosso meio.²⁶

Vale acrescentar também, como último aspecto, que a obra caritativa, cujo intento não pode ser pensado dissociado da maciça presença de “mendigos” e “vagabundos”, denota também um contexto de crise econômica local, caracterizada por fluxo migratório do campo para a cidade²⁷:

“Um asylo de medicidade, no alto sertão da Bahia, é uma das medidas mais inadiáveis para o sos]corro da extraordinária pobreza, de toda sua população. Não é caro espetáculo de pobres ou doentes morrem à mingua de qualquer cuidado. A Associação das senhoras da caridade resolveu prover a esta necessidade. Para isso não recuará diante de obstáculos, coma confiança de vai fazer uma obra abençoada por Deus”²⁸

O contexto descrito acima relaciona-se ao novo cenário citadino daquele período, cujos sujeitos envolvidos na trama social, como nos disse Thompson “agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”²⁹. Tal situação revela, portanto, campos de força que opõem de um lado, a elite local com seu projeto de modernização³⁰, buscando formas de controlar a circulação de mendigos pela cidade outrora considerada a “jóia do sertão” (na qual as mulheres fundadoras da Associação das Senhoras de Caridade parecem figurar como peça chave) e do outro, uma população buscando maneiras de sobrevivência diante de uma situação econômica adversa.

No outro lado da trama social, presentes de maneira bastante sutil nas correspondências, estão os empregados e agregados que constroem táticas de sobrevivência com intuito de também subverter uma situação adversa. Assim, aproveitando-se da ausência da “patroa”, eles alugavam o pasto a terceiros, vendiam bois para comprar cavalos sem, no entanto, informar a transação etc.:

7 – 2 – 926

²⁶ APMC, Acervo Particular Família Deocleciano Pires Teixeira; Grupo: Dona Celsina Teixeira; Série: Correspondências pessoais, 1947, caixa1, maço 2. (grifos da autora)

²⁷ Uma análise apenas a partir do acervo documental de D. Celsina é insuficiente para avaliar se houve ou não uma recuperação econômica regional entre as décadas de 1920 e 1930. Contudo, pelo menos em relação à situação da família, há indícios claros de pujança econômica, visto que não são raros no acervo menções de negócios bancários, venda de ações, movimentações financeiras e, sobretudo, informações sobre as atividades das fazendas, tais como compra e venda de gados. Mesmo em período de seca avassaladora os proprietários (inclusive D. Celsina), parecem buscar estratégias para a manutenção de suas fortunas recorrendo inclusive a empréstimos bancários. Sobre a situação econômica neste período, ver SANTOS, Paulo Henrique Duque. *Cidade e memória: dimensões da vida urbana. Caetité, 1940 – 1960*. Rio de Janeiro, 2001. 203p. Dissertação (Mestrado em História Social), UNIRIO.

²⁸ Jornal A PENNA, ano XV, n 399, 28/10/1926.

²⁹ E. P. Thompson, *op. cit.*, p. 182

³⁰ Sobre o projeto de modernização pretendido pela elite local, ver Paulo Henrique Duque Santos, *op. cit.*

Sr Jesuíno

[...] acabo de saber que o Sr. está consentindo que um tal Senhor que anda comprando porcos, pusesse os mesmos dentro da manga, que já está toda fuçada e até arrebetando as cercas.

Isto é o cúmulo do que se chama desleixo com as coisas alheias! Dando prejuízo as fazendas para ser agradável a um sujeito que o Sr. nunca viu tão gordo. [...]

E com estas, ainda quer o senhor que eu confie na sua administração!

Da Patroa
Celsina T. Ladeia³¹

A recorrência destes eventos nos anos subsequentes levou a proprietária, em 1944, a elaborar uma série de normas na tentativa de controlar o trabalho dos empregados e agregados:

Todos os retiros da Fazenda campos, inclusive os do Poço do Saco, na Fazenda Água Verde, ficam sujeitos á fiscalização do encarregado da fazenda dos Campos, que providenciará a mudança de curraleiros, conforme a conveniência para a fazenda.

Nenhum agregado curraleiro mandará no gado que amansa, prestando conta de bezerros, que só serão ferrados com a presença do encarregado da fazenda Campos.

O agregado curraleiro tem apenas direito ao leite, para amansar os burros.

Quando estes bezerros excederem de 30, darão um quarto dos requeijões à fazenda.

Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caetité, 5 de maio de 1944.

Celsina Teixeira Ladeia

Proprietária da Fazenda dos Campos e retiro do Poço do Saco na Fazenda Água Verde.³²

Nos diversos momentos analisados no presente estudo, a preocupação consistiu em “desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que”, (para uma cidade Caetité, numa conjuntura restrita e específica), permite, mediante a análise de correspondências femininas, a “re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas”, reconstruindo “processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo.”³³. Assim, os espaços ocupados pela atuação de mulheres como D. Celsina, cujos contextos engendraram táticas e estratégias específicas para cada sujeito envolvido na trama

³¹ APMC, Acervo Família Deocleciano Pires Teixeira; Grupo: Celsina Teixeira Ladeia; Série: correspondências, caixa 1, maço 1.(grifos meus)

³² APMC, Acervo Família Deocleciano Pires Teixeira; Grupo: Celsina Teixeira Ladeia; Série: correspondências, caixa 1, maço 1.(grifos meus)

³³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano*. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. (Orgs). *Questões de gênero*. São Paulo: Fund. Carlos Chagas/Rosa dos Ventos, p. 39-53, 1991. p. 40.

social, configuram ações, tensões sociais e idéias em disputa que foram silenciadas, mas possíveis de voltarem à tona através da pena de qualquer historiador comprometido em analisar as experiências sociais dos diversos segmentos como “forças culturais importantes.”³⁴

³⁴ FENELON, Déa R. “*Memória, história e cidadania: o direito ao passado*”. In: O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania. Departamento do Patrimônio Histórico (DPH): São Paulo, 1992, p. 12.